



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA COLEGIADA**

ATO Nº 42, DE 06 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA SUDAM, conforme o disposto na Lei Complementar nº 124, de 3/01/2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, I e VI, do anexo I, do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014 e, o art. 66, I e VI do Regimento Interno da Sudam, e

Considerando a impossibilidade da realização de Reunião da Diretoria Colegiada por falta do quórum mínimo, estabelecido no art. 8º, do anexo I, do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, em virtude do afastamento por motivo licença médica para tratamento de saúde da Diretora de Administração;

Considerando o art. 69, II, do Regimento Interno da Sudam que atribui ao Superintendente à faculdade de decidir sobre matéria Ad Referendum, quando não for possível alcançar o número mínimo de diretores, estabelecido no art. 8º, do anexo I, do Decreto nº 8.275, de 27 de junho 2014;

Considerando a realização pela CGINF de três notificações à empresa Musashi da Amazônia Ltda para a apresentação da documentação devida, ao invés de apenas uma, conforme dispõe os parágrafos do art. 17 da Resolução nº 65/2017/Condel/Sudam;

Considerando, no entanto, que as documentações exigidas pelas normas pertinentes foram apresentadas, que a vistoria foi realizada e obteve laudo favorável e o parecer técnico sugeriu a aprovação do pleito;

Considerando por fim os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência, além do interesse público, materializado na implementação de políticas públicas por meio da administração dos incentivos fiscais,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar "Ad Referendum" o pleito de Redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), na modalidade Implantação, em favor da empresa Musashi da Amazônia Ltda, CNPJ nº 04.944.068/0001-80, localizada no município de Manaus, Estado do Amazonas, com base no Parecer de Análise nº 69-CIF/CGINF/DGFAI, registrado no SEI sob o nº 0090420, reconhecendo-lhe o direito ao incentivo na forma ali sumariada, em observância à legislação em vigor, especialmente, ao artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14/2001, ao Decreto nº 4.212/2002 e à Resolução nº 65 ó Condel/Sudam, de 29/12/2017, que aprovou a consolidação do Regulamento dos Incentivos Fiscais administrados pela Sudam. Processo nº 59004/007258/2017-04.

Art. 2º - Determinar à CGINF que em suas análises, atente para o disposto na Resolução

nº 65/2017/Condel/Sudam, em especial quanto aos parágrafos do art. 17 daquela norma, abstendo-se de expedir notificações em desacordo com o que está ali previsto.

Art. 3º - Determinar que o presente processo seja submetido à Diretoria Colegiada na próxima reunião a ser realizada, para conhecimento e ulteriores de direito, com fulcro no art. 69, § 2º, do Regimento Interno da Sudam.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Roberto Correia da Silva

Superintendente



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Correia da Silva, Superintendente**, em 06/09/2018, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0092823** e o código CRC **2499F69E**.